

**AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES DA COMISSÃO NACIONAL DA  
VERDADE: BRASIL 1964-1985<sup>1</sup>**

Eduardo Silveira Netto Nunes

Grupo de Trabalho de História da Infância e da Juventude da Associação Nacional de  
História – Seção São Paulo/ Centro Universitário Sant'Anna/ Universidade Brasil

[edunettonunes@gmail.com](mailto:edunettonunes@gmail.com)

**RESUMO**

Resumo: As crianças e os adolescentes como sujeitos históricos vivenciaram a realidade brasileira da ditadura civil-militar de 1964 a 1985 a partir de múltiplas realidades e experiências. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) responsável por revisitar os processos de repressão, em especial, da ditadura de 1964-1985, e reconhecer as vítimas do regime autoritário e os autores das violações de direitos humanos, incluiu no seu alcance crianças e adolescentes vitimadas pela ditadura. Neste trabalho nos aproximamos, analiticamente, das representações construídas pela CNV a respeito das crianças e adolescentes vitimadas pela ditadura civil-militar, para perceber as situações de violação e também a construção que a Comissão fez de quem eram e quais eram essas crianças e adolescentes sinalizando outras infâncias e juventudes vitimadas pela ditadura não observadas pela Comissão Nacional da Verdade. O recorte temporal circunscreve-se a um dentre aqueles proposto pela própria Comissão Nacional da Verdade, qual seja 1964 a 1985, uma vez que este foi o período no qual o governo esteve sob condução dos militares. Partimos dos aportes teórico-metodológicos da História Social da Infância e da Juventude, e da História e Memória para nos aproximarmos das fontes utilizadas na

---

<sup>1</sup> A participação no Simpósio Nacional de História, contou com apoio (ajuda de custo) da Associação Nacional de História, seção São Paulo. Este trabalho faz parte de iniciativas de pesquisa desenvolvidas pelo autor que contam com o apoio de alunos de Iniciação Científica vinculadas à projetos de Iniciação Científica aprovados e apoiados institucionalmente pela Pró Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão do Unisantanna (Centro Universitário Sant'Anna) com Bolsa de IC para o aluno Erick Mariano, e voluntário Rômulo Fernandes Alves, vinculados ao Edital 02/2019 PROPPEX/UNISANTANNA.

investigação. E buscamos perceber como as crianças e os adolescentes constaram do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, podendo identificar essas crianças e esses adolescentes como sujeitos de história e sujeitos da história. Bem como, será possível perceber quais foram as crianças e os adolescentes que foram “lembrados” e quais foram obliterados pela Comissão, mas igualmente vitimados pelas ações arbitrárias e autoritárias do Regime civil-militar do período. As fontes utilizadas na pesquisa fazem parte do vasto e riquíssimo acervo documental produzido e coletado ao longo dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Nacional da Verdade entre 2012 e 2014. As fontes utilizadas envolvem uma diversidade de materiais, principalmente parte do Relatório produzidos pela Comissão Nacional da Verdade e, em especial, registros orais constituintes do capítulo temático do Relatório sobre as violações direcionadas às crianças e aos adolescentes.

**Palavras-chave: infância; ditadura; Brasil; criança; memória; história**

A memória e a história das crianças e adolescentes que tiveram suas experiências impactadas diretamente pela realidade forjada no contexto das ações de repressão da última Ditadura Civil-Militar brasileira iniciada em 1964 e finalizada, institucionalmente, em 1985, com a chamada redemocratização, recebeu alguma atenção nos últimos anos no Brasil, no interior dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e de algumas Comissões Estaduais da Verdade.

O trabalho da Comissão Nacional da Verdade e das Comissões Estaduais da Verdade, trataram majoritariamente de investigar e retratar as graves violações de Direitos Humanos nos anos entre 1946 e 1988. Essas Comissões também buscaram explicitar toda a arquitetura institucional que promoveu as violações, identificando vítimas e agressores, repertoriando circunstâncias da ocorrência das violências, e buscando fomentar a verdade histórica sobre as violações de direitos. Legalmente, a Comissão Nacional da Verdade teve por finalidade “examinar e esclarecer as graves

violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2011).

O trabalho da Comissão Nacional da Verdade e das Comissões Estaduais, inquestionavelmente foram extremamente importantes para a explicitação pública e afirmação das arbitrariedades e violações de direitos empreendidos, em especial, pelo regime autoritário vigente iniciado em 1º de abril de 1964. Para o trabalho da comunidade de pesquisadores de história, as atividades empreendidas pelas Comissões da Verdade viabilizaram a produção de acervos documentais extremamente relevantes e vastos sobre o período e a temática principalmente da repressão do regime e da resistência a esse regime de exceção.

De maneira especial, a Comissão Nacional da Verdade sistematizou, produziu e legou um volume documental acessível à cidadania e aos pesquisadores através do portal “Memórias reveladas”<sup>2</sup> ou do Arquivo Nacional<sup>3</sup>, iniciativa que viabiliza e facilita a realização de estudos históricos versando sobre os mais diferentes temas potencialmente emergentes e relacionados ao período como é o caso de nosso estudo sobre crianças e adolescentes no Relatório da Comissão (BRASIL, 2014a).

A temática das crianças e adolescentes nesse processo de encontro e publicização de memórias das diferentes experiências desenvolvidas ao longo da ditadura civil-militar brasileira, entre 1964-1985, apareceu de maneira incidental e com pequena atenção. Em especial, a partir do trabalho da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" (São Paulo, 2014a) de escutar e tornar pública a memória de crianças e adolescentes afetados em suas vidas pela realidade e complexidade emergente durante o regime autoritário, que afetou a dinâmica de suas famílias (pais, mães, parentes), a temática desses sujeito infanto-juvenis passou a ter maior atenção, redundando em que também a Comissão Nacional da Verdade dedicasse parte dos seus trabalhos para problematizar as graves violações envolvendo esses sujeitos.

---

<sup>2</sup> <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

<sup>3</sup> <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>

Neste artigo, que faz parte de esforços de uma pesquisa em andamento, procuramos apresentar alguns aspectos relativos à presença do tema das crianças e dos adolescentes no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014a), em especial, no primeiro volume do relatório, de modo a mapear alguns indícios de como o assunto foi abordado no material e nas fontes produzidas. Reafirmamos a caráter incipiente da pesquisa e dos seus resultados.

A temática da história envolvendo crianças e adolescentes na ditadura tem recebido atenção relativamente destacada em trabalhos que pesquisam esses sujeitos na história recente brasileira. Quando falamos de historiografia das crianças em situação conflitos políticos agudos na América Latina, também existe uma produção crescente de trabalhos versando a respeito do tema.

Majoritariamente as pesquisas tratam de versar sobre as políticas públicas de viés autoritário que afetaram e atingiram as famílias, as crianças e os adolescentes dos setores sociais mais desfavorecidos e pobres economicamente. Estudos sobre as “Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor”, as Febems, e as política nacional destinada à essa fatia da população como a Política Nacional do Bem-Estar Menor foram analisadas por Miranda (2014), aspecto também analisado por Arend e Daminelli (2014).

As vivências de crianças pobres impactadas por políticas públicas intervencionistas sobre as vidas, implicando em internação em instituições fechadas, foram analisadas em estudos como o de Nunes (2005) sobre crianças que cresceram no Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, entre os anos de 1950 e 1978 aproximadamente. Para as experiências no Estado de São Paulo, o estudo agudo e crítico de Roberto da Silva, ele mesmo “objeto” das políticas autoritárias em sua trajetória pessoal e familiar, os Filhos do Governo, documenta e registra implicações profundas na trajetória de gerações de crianças e adolescentes das ações intervencionistas da FEBEM no estado (SILVA, 1997).

Uma análise crítica de consequências das políticas da ditadura civil-militar para os setores menos favorecidos, que inclusive teve implicações durante os anos do próprio regime ditatorial, e que acabou por engendrar e justificar uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados, iniciada em 1975, que versava sobre o chamado

“problema do menor” e que implicou em denúncias que se tornaram públicas, mas que não encerrou as políticas intervencionistas foi objeto dos estudos de Boeira (BOEIRA, 2019).

Todos esses trabalhos e outros, seguiram majoritariamente um estudo de analisar crianças e adolescentes que vivenciaram a ditadura civil-militar de um dado lugar social, e foram profundamente impactados por políticas e iniciativas adotadas no período entre 1964 e 1985. Entretanto, existem uma significativa lacuna na historiografia a respeito da temática das crianças e adolescentes vinculadas mais diretamente às ações e iniciativas politicamente comprometidas com a resistência e confrontação organizada contra o regime civil-miliar.

Os filhos e filhas dos militantes ou de parentes mais diretamente envolvidos na luta política para derrubar o governo ditatorial, e que viveram condições muito particulares e específicas ao longo dos anos do regime e mesmo depois, passaram a ter uma certa atenção da historiografia a partir, em especial, dos trabalhos e relatórios da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014a) e da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo (São Paulo, 2014a) e que alimentaram estudos como a dissertação “Não sei o que quero dizer: tortura e infância na ditadura civil-militar brasileira 1964-1985” de Cardoso (2015).

No contexto latino-americano, contudo, é mais frequente o debate e a reflexão historiográfica a respeito das crianças e adolescentes filhas ou parentes de militantes políticos de resistência às diversas ditaduras que transcorreram em diferentes países e períodos da região. Com maior destaque temos os estudos sobre a Argentina e o Chile que buscam problematizar esses sujeitos e suas experiências, valorando suas memórias (Ros, 2012) (Salazar; Gabriel, 2006) (Maffla, 2007) (Llobet, 2016) (Jara, 2016) (Nunes, 2019).

Seja como for, a partir do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, e do espaço dedicado nesse documento em problematizar as graves violações de direitos humanos em crianças e adolescentes relacionados à pessoas perseguidas e reprimidas pela última ditadura brasileira, existe a oportunidade de se analisar diversos aspectos das

experiências desses sujeitos, seja partir do texto do relatório, seja, principalmente, pelo acervo documental produzido para alimentar a elaboração do relatório final da comissão.

Passamos a observar algumas características das crianças e dos adolescentes na fonte “Relatório”.

A primeira questão que se coloca fundamental para perceber as representações possíveis de se constituírem a respeito das crianças e dos adolescentes vitimadas pela ditadura é problematizar o local no qual a temática encontra-se no Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

É significativo que o assunto apareça fundamentalmente no “Capítulo 10. Violência sexual violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes”, e mais explicitamente no subitem do capítulo “E) A violência contra crianças e adolescentes, o legado traumático e sua transmissão”. Basicamente são destinadas seis páginas no relatório para abordar o tema que seria das graves violações que afetaram as crianças, isso quer dizer que o assunto é tratado ao longo das páginas 426-432 do relatório.

Sobre esse aspecto é importante perceber como que o recorte “infanto-juvenil” não possuiu um destaque maior nos esforços da Comissão da Verdade, e de que as crianças e adolescentes quando aparecem, aparecem vinculados ao recorte de gênero que fora sim observado com maior destaque. As crianças e os adolescentes, podemos inferir, não foram inicialmente identificados como sujeitos de violações graves, a princípio, mas sim, como o próprio relatório menciona, vinculados à violações que direta ou indiretamente vincula os seus familiares, portanto foram percebidas como “vítimas” reflexas ou vítimas sob dependência de seus vínculos familiares com perseguidos políticos. Parece-nos que caberia um capítulo próprio para esses sujeitos em que fossem problematizadas as situações peculiares e não “apenas” agregadas à violência que afetou seus pais.

Nesse sentido, essa observação em nada minimiza o importantíssimo, relevante e hercúleo trabalho realizado pela Comissão, apenas aponta que no texto do relatório a temática envolvendo as crianças e os adolescentes é subaproveitada, viabilizando muitos

estudos a partir da documentação não utilizada produzida pela própria comissão (WEICHERT, 2014).

Outro aspecto que queremos apontar da leitura incipiente do Relatório e da documentação pertinente, é a de “quem fala” nesses materiais. No subitem “E” do capítulo 10, ou seja, no trecho relativo às crianças e aos adolescentes do relatório temos o total de 23 indicações de testemunhos (fontes) orais utilizados para subsidiar o texto do relatório.

Importante registrar que nem todos os 23 testemunhos foram produzidos pela Comissão. Em sua grande maioria na forma, mas temos a indicação de alguns casos de que a fala atribuída ao depoente foi oriundo de produção fílmica, de testemunho publicado no livro *Infância Roubada* (São Paulo, 2014), entre outros.

Alguns desses relatos (dois em especial) não dizem respeito diretamente às crianças filhas de militantes mas “apenas” mencionam aspectos significativos e indicativos da gravidade das violações às quais a Comissão está vinculada.

Chamou a atenção que em um dos relatos, o caso mencionada é de uma brasileira com dupla nacionalidade [norte-americana] que fora presa sob acusação de tráfico de drogas e acabou torturada. No testemunho dela, há o registro de que havia um temor de que crianças estrangeiras fossem sequestradas. No testemunho dá a entender que os sequestros, para serem pagos resgates, era um expediente utilizado não pelo governo nem pelos grupos de resistência armada mas por grupos criminais comuns.

Oito dos relatos são de mulheres-mães que falam a respeito de seus filhos, constituindo nesse caso fonte indireta a respeito de experiências das crianças e dos adolescentes.

Desses 23 testemunhos, apenas dez relatos são de pessoas que eram efetivamente crianças na época em que ocorreram as graves violações produzidas na realidade do regime autoritário da ditadura civil-militar (1964-1985). A esses dez, pode ser agregado um, relativo ao testemunho de uma criança à época e hoje adulto, que delegou à irmã a tarefa de entregar e ler para a comissão o seu relato.

Isso nos faz perceber o caráter expressivo mas pouco explorado pela comissão da audição dos testemunhos diretos das crianças e dos adolescentes que vivenciaram experiências específicas como filhos de militantes e perseguidos políticos no Brasil do entre 1964 e 1985.

Apenas para efeitos de comparação da atenção dada às crianças nesse trabalho de aproximar-se das memórias, das experiências e das violações de direitos na conjuntura da ditadura civil-militar brasileira, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" no seu trabalho de escutar relatos de experiências infanto-juvenis, ouviram e participaram de 44 testemunhos, aproximadamente<sup>4</sup>. Também a Comissão de São Paulo, sintetizou esses testemunhos na publicação de um livro, paradigmático, sem dúvida, o "Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. São Paulo" (SÃO PAULO, 2014).

Seja como for, os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade relativo ao tema das crianças e dos adolescentes, produziram um volume documental para além do próprio texto do Relatório, relevante, isso porque dentre os relatos temos a transcrição de alguns que atingem ao redor de quinze páginas, outro um pouco menor, e que servirão para a sequência de nossa pesquisa quando analisaremos alguns dos depoimentos qualitativamente.

Evidentemente, no texto do Relatório os depoimentos foram individualmente subaproveitados, entretanto, o objetivo da comissão, no caso das crianças e dos adolescentes, não era se debruçar em cada "biografia" dos entrevistados, mas sim de uma "história" coletiva, potencialmente vinculadora de diversas experiências infanto-juvenis em contexto de repressão, violação de direitos e violências institucionalizadas.

Nesse sentido, a Comissão da Verdade optou por citar diretamente pequenos trechos dos depoimentos, de modo a que cada fragmento de testemunho aparecesse

---

<sup>4</sup> Importante mencionar que nos trabalhos da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" relativos à audição de pessoas que eram crianças ou adolescentes à época da ditadura civil-militar no Brasil, nem todos os 44 testemunhos eram desses sujeitos, havendo também relatos indiretos de pais e parentes de crianças, entretanto, esses testemunhos indiretos compuseram uma pequena minoria entre o total.



contextualizado dentro da narrativa de graves violações e servindo em parte como exemplificativa das denúncias. Em outras palavras não se acompanhou as trajetórias de vida ao longo do texto. Optou-se por explicitar a “tipologia” da violência com exemplos narrados das vivências infantis.

Para finalizar essa aproximação do Relatório da Comissão Nacional da Verdade na temática das crianças e adolescentes, é possível perceber que a Comissão procurou desenvolver uma organização do relato em que as graves violações dos direitos humanos vivenciadas pelas crianças diretamente ou indiretamente experimentadas em seus corpos ficassem evidenciadas exemplarmente, de modo que a sociedade brasileira pudesse perceber a extensão e amplitude das consequências das ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro, muita das vezes, subscrita por parte da sociedade, e que precisam ser lembradas e denunciadas para que não se repitam.

O Relatório dividiu os temas em:

1. VIVÊNCIA DIRETA DA REPRESSÃO.
2. IMPACTO PELA VIOLÊNCIA DA AÇÃO REPRESSORA VIVENCIADA DIRETAMENTE.
3. EXPERIÊNCIAS DA VIDA CLANDESTINA (questão de segurança)
4. EXPERIÊNCIAS DO EXÍLIO.
5. EXPERIÊNCIAS DE PERDAS DE ENTES QUERIDOS OU FAMILIARES

No processo de realização da pesquisa sobre a representação das crianças e dos adolescentes no Relatório da Comissão Nacional da Verdade do Brasil, que ainda está em curso e em estágio incipiente, foi possível perceber elementos estruturais de como o documento foi produzido, a extensão da documentação produzida e utilizada, a potencialidade que as fontes vinculadas ao relatório possuem para um trabalho aprofundado de leitura e análise dos testemunhos.

Esses passos dados até o momento, subsidiarão a sequência da pesquisa, entretanto já permitem algumas conclusões sobre a atenção relativamente pequena dada às experiências e vivências das crianças e dos adolescentes vitimados direta ou indiretamente pela ditadura.

Majoritariamente o relatório dá atenção às crianças e aos adolescentes filhos ou filhas de militantes políticos perseguidos pela ditadura civil-militar, mas silencia sobre as graves violações que as demais crianças e adolescentes eventualmente sofreram no contexto do autoritarismo institucionalizado.

De todo modo, é interessante perceber que se de um lado a historiografia silencia sobre as crianças e os adolescentes filhos e filhas de militantes, aspecto observado liminarmente pela Comissão Nacional da Verdade, por outro lado a produção historiográfica dedicou muitas páginas a muitas crianças e os adolescentes vitimadas pela ditadura em especial, as que foram submetidas à internação nas FEBEM's), aspecto esse obliterado nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.

Assim, a historiografia e a Comissão Nacional da Verdade tem a contribuir, mutuamente, com a memória e a história das crianças e dos adolescentes que vivenciaram suas experiências durante o período da ditadura civil-militar brasileira, entre 1964-1985.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREND, Silvia Maria Fávero; DAMINELLI, Camila Serafim. Políticas sociais para infância e juventude carente e infratora (1970-1980). In: BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Histórias na Ditadura: Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p. 181-205.

BOEIRA, Daniel Alves. CPI DO MENOR. Infância, ditadura e políticas públicas (Brasil, 1975-1976). Tese UDESC. 2019.

BRASIL. LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília: Governo

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

Federal, 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm)> Acesso em: 10 de maio de 2019.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Volume 1. Brasília: CNV, 2014a. (Versão impressa e digital. Versão digital disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf) Acesso em 13 de fevereiro de 2019.

CARDOSO, Luisa Rita. “Não sei o que quero dizer”: tortura e infância na ditadura civil-militar brasileira 1964-1985”. Dissertação de Mestrado, UDESC, Florianópolis, 2015.

JARA, Daniela, *Children and the Afterlife of State Violence*, New York, Palgrave Macmillan, 2016.

LLOBET, Valeria, "Eso era lo normal": Ser niño en la dictadura, *Revista de la Carrera de Sociología*, n. 6, 2016, p. 1-30, <https://www.academica.org/valeria.llobet/101> (consulta: 19 de agosto de 2018).

MAFFLA, Diana. “Niños desaparecidos, identidades expropiadas bajo la dictadura militar en Argentina”, en Rodríguez Jiménez, Pablo y; Manarelli, María Emma (org.), *Historia de la infancia en América Latina*, Bogotá, Universidad Externado de Colombia, 2007, p. 553-564.

MIRANDA, Humberto da Silva. *Nos tempos das FEBEMS: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964 – 1985)*. Tese UFPE. Recife, 2014.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. *As ditaduras em Chile e Argentina e as experiências infantis em exílio: as memórias nos documentários El edificio de los chilenos (2010) e La guardería (2016)*. In: GREMELS, Andrea; SOSENSKI, Susana. *Violencia e infancias en el cine latinoamericano*. Berlim: Peter Lang, 2019.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. *DAS RUAS AO INTERNATO: experiências infantis: Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis (1950-1972)*.

Dissertação PUC-SP: São Paulo, 2005. Disponível em:

<https://www.academica.org/edunettonunes/2.pdf>

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

ROS, Ana, *The Post-Dictatorship Generation in Argentina, Chile and Uruguay.*, New York, Palgrave Macmillan, 2012.

SALAZAR, Gabriel y; PINTO, Julio, *Historia contemporánea de Chile. Niñez y juventud (construcción cultural de actores emergentes)*, v.olúmen 5, Santiago de Chile, LOM, 2006.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014a . (Relatório temático sobre as crianças afetadas pela Ditadura Militar no Estado de São Paulo) (Versão impressa e digital. Versão digital disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/livros/infancia-roubada> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

SILVA, Roberto da. *Os Filhos do Governo*. São Paulo: Ática, 1997.

WEICHERT, Marlon Alberto. *O Relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios*. Projeto História, São Paulo, n. 50, ago., pp. 86-137, 2014. Acesso em 13 de fevereiro de 2019. Disponível em:  
<<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/24040/18200>>

Sites:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>